

A CRISE FINANCEIRA ALÉM DA FINANÇA

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo*

A economia global atingiu o auge de um ciclo expansivo, turbinada, sobretudo, pela valorização dos imóveis residenciais nos Estados Unidos e na Europa, à exceção da Alemanha, o colapso do preço dos imóveis em 2007 levou a economia à recessão, devido ao caráter cumulativo do processo de ajustamento da riqueza e da renda. Assim, este artigo tem por objetivo analisar as causas estruturais e as mudanças no cenário econômico global que levaram à crise deflagrada em 2007, além de analisar a crise que, hoje, assola a Europa com o declínio do euro perante o dólar, em que Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (PIIGS, na sigla em inglês) se aprofundam em déficits externos e fiscais elevados em endividamento público próximo ou superior a 100% do produto interno bruto (PIB).

THE FINANCIAL CRISIS BEYOND FINANCE

The global economy has reached the peak of a cycle of expansion, fueled mainly by the appreciation of residential properties in the United States. In Europe, with the exception of Germany, the collapse of real estate prices in 2007 led the economy into recession due to the cumulative nature of the process of wealth and income adjustment. Thus, this article aims to analyze the structural causes and changes in the global economic scenario which led to the crisis triggered in 2007, in addition to analyzing the crisis that now grips Europe with the decline of the euro against the dollar, with Portugal, Ireland, Italy, Greece and Spain (PIIGS) sinking into external and fiscal deficits in high public debt close to or above 100% of gross domestic product (GDP).

Poucos contestam o caráter singular do período de expansão capitalista do pós-guerra até meados dos anos 1970. Os estudos do economista Angus Maddison, em *The World Economy: a millennial perspective*, demonstram que nenhuma outra etapa do desenvolvimento capitalista apresentou resultados tão favoráveis no que diz respeito às taxas de crescimento do produto, aos salários reais, ao comportamento da inflação e à estabilidade das taxas de juros e de câmbio.

O espaço econômico internacional, na posteridade da Segunda Guerra Mundial, foi construído a partir do projeto de integração entre as economias nacionais, proposto pelo Estado americano e por sua economia. A liderança econômica dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que promoveu a expansão da grande corporação americana e de seus bancos, abriu espaço em seu mercado interno para abrigar as exportações europeias e japonesas. Depois da reconstrução econômica da Europa e da resposta competitiva da grande empresa europeia, a rivalidade entre os sistemas empresariais promoveu o investimento produtivo cruzado entre os Estados Unidos e a Europa e a primeira rodada de industrialização fordista na periferia.

* Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Depois da Revolução Chinesa e da Guerra da Coreia, entrariam na dança o Japão e, mais tarde, a própria Coreia e Taiwan, com seus respectivos sistemas empresariais. A América Latina “desenvolvimentista” foi integrada a este surto de expansão. O Brasil, como os demais, valeu-se de políticas nacionais de industrialização que, no âmbito doméstico, trataram de promover a “internacionalização” da economia, ou seja, a repartição de tarefas entre as corporações multinacionais, as empresas estatais e os empreendimentos privados nacionais, os dois últimos encarregados de produzir os bens intermediários e matérias-primas semiprocessadas.

Essa etapa terminou na crise do dólar de 1971 e na decretação unilateral da inconvertibilidade da moeda americana, até então fixada à razão de 35 dólares por onça *troy* de ouro. O jogo virou. Entrou em campo a funesta combinação entre inflação e baixo crescimento. O bloco ideológico que se opunha às políticas “intervencionistas” e ao Estado de Bem-Estar tratou de atribuir o desarranjo à decrepitude das políticas e das práticas que buscavam controlar a instabilidade do capitalismo e impedir que o destino dos cidadãos ficasse à mercê das incertezas do mercado. Depois de 30 anos de desempenho brilhante as economias capitalistas emitiam sinais de fadiga estrutural. A Golden Age agonizava.

Superada a crise de hegemonia e de “produtividade” dos anos 1970, a “expansão americana” retomou a iniciativa. Não só impôs a liberalização financeira ao resto do mundo como impulsionou a metástase produtiva para o pacífico dos pequenos tigres e novos dragões. A partir daí, o mundo presencia um cataclismo na divisão internacional do trabalho. A Ásia se torna formidável produtora e processadora de peças e componentes baratos – sem exclusão dos bens finais de consumo e de capital. Conforma-se uma mancha manufatureira, grande importadora de matérias-primas, que pulsa em torno da China, reintegrada ao circuito capitalista desde as reformas do fim dos anos 1970.

As mudanças tecnológicas nas formas de concorrência, na organização e na estratégia da grande empresa e, por fim, na operação dos mercados financeiros, ocorridas a partir dos anos 1970, abriram caminho para grandes transformações.

O processo de mundialização da concorrência desencadeou uma nova onda de centralização de capitais e estimulou a dispersão espacial das funções produtivas e a terceirização das funções acessórias ao processo produtivo. Este movimento foi acompanhado por uma intensa “apropriação” das decisões e da circulação de informações pelo “cérebro” da finança. Os mercados de capitais tornaram-se, ao mesmo tempo, mais poderosos na formação das decisões e, contrariamente ao que esperavam os apologetas, menos “eficientes” na definição dos critérios de avaliação do risco.

As relações de troca no comércio mundial deixam de inclinar-se a favor das manufaturas e contra os produtos primários. As novas manufaturas são produzidas no espaço econômico construído pelos asiáticos em torno da

“grande montadora chinesa”. A enorme reserva de mão de obra, câmbio desvalorizado e abundância de investimento direto estrangeiro permite à China estabelecer uma divisão do trabalho virtuosa com seus vizinhos.

Ao mesmo tempo, o deslocamento das filiais americanas, europeias e japonesas em busca do *global-sourcing* obriga a economia nacional americana a ampliar o seu grau de abertura comercial e a gerar um déficit comercial crescente. Torna-se incontornável acomodar a expansão manufatureira e comercial dos novos parceiros, produzida em grande parte, mas não exclusivamente, pelo deslocamento do grande capital americano na busca de mais competitividade.

Desde a década de 1980, essas transformações na esfera produtiva foram acompanhadas, na órbita financeira, pelo avanço da securitização e da globalização financeira. A colocação direta de papéis de dívida e a capitalização das bolsas serviram às empresas mais fortes e mais bem reputadas para ampliar seu raio de ação. Esses mercados, na versão dos otimistas, teriam a virtude de combinar as vantagens da melhor circulação das informações, da redução dos custos de transação e da distribuição mais racional do risco. O sucesso da securitização deixou para os bancos de depósito a clientela de mais risco, empresas frágeis e consumidores de credibilidade duvidosa. Mas, tangidos pelas forças da concorrência, os bancos de depósito trataram de ingressar nos negócios promissores de securitização dos créditos.

Sem a pretensão de ser exaustivo, vou enumerar as tendências que, desde então, definiram as metamorfoses da finança global: *i*) o maior peso da riqueza financeira na riqueza total; *ii*) o poder crescente dos administradores da massa de ativos mobiliários – fundos mútuos, fundos de pensão e seguros –, na definição das formas de utilização da “poupança” e do crédito; *iii*) a livre circulação do capital entre as praças financeiras e a adoção nas economias nacionais de regimes de taxas flutuantes e de metas de inflação; *iv*) as agências de classificação de risco assumem o papel de tribunais, com pretensões de julgar a qualidade dos ativos e das políticas nacionais; e *v*) a expansão dos mercados futuros e a generalização do uso de derivativos conferem mais elasticidade ao crédito.

A dominância da esfera financeira associou-se, como já foi dito, à busca incessante de novas áreas “competitivas” pelo bloco de empresas líderes e seus fornecedores. Essa aliança impôs à economia global uma dramática ampliação da relação produtividade – salário na manufatura dos asiáticos emergentes e, ao mesmo tempo, favoreceu a má avaliação do risco nos mercados que transacionam direitos de propriedade e títulos de crédito.

A sinergia entre inflação baixa e distorção na precificação de ativos nos mercados financeiros permitiu aos Estados Unidos e aos países consumistas da zona do euro a adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas, de fontes

das taxas elevadas de crescimento e da extraordinária valorização de ativos propiciadora do efeito-riqueza. A valorização de ativos – estimulada pela alavancagem permissiva sancionada pelo crédito barato – sustentou o endividamento e o hiperconsumo das famílias.

O desequilíbrio crônico dos saldos em conta-corrente entre a China e os Estados Unidos não era, portanto, uma “anomalia” do modelo sino-americano, mas um fator constitutivo do dinamismo da economia global do Terceiro Milênio. Os superávits em conta-corrente e a acumulação de reservas dos emergentes “financiaram” o déficit da economia mais poderosa do planeta. As concepções tradicionais sustentavam que os capitais deveriam fluir dos países desenvolvidos para os mercados emergentes. Mas, no arranjo sino-americano, os superávits comerciais e as políticas mercantilistas de acumulação de reservas dos periféricos inverteram o sinal das contas de capital. Os ditos emergentes tornaram-se provedores de *funding* para os mercados financeiros dos consumistas e dos deficitários crônicos. Ao longo da última década, a estratégia dos asiáticos, mais do que as proezas de Greenspan, garantiram inflação baixa e sustentaram o dólar como moeda reserva.

A economia global atingiu o auge de um ciclo expansivo, turbinada, sobretudo, pela valorização dos imóveis residenciais nos Estados Unidos e na Europa, à exceção da Alemanha. O colapso do preço dos imóveis em 2007 levou a economia à recessão, devido ao caráter cumulativo do processo de ajustamento da riqueza e da renda. As famílias – encalacradas entre a queda do preço dos imóveis e o aumento do serviço da dívida – buscam desesperadamente reduzir o seu coeficiente de endividamento. A tentativa das famílias de, em conjunto, contrair os gastos – isso também vale para as empresas – de consumo, afeta negativamente a renda e o emprego. É o paradoxo da desalavancagem. Se todos tentam, ao mesmo tempo, se livrar do endividamento excessivo, os ativos e as dívidas se desvalorizam e ninguém consegue realizar seu propósito. A peculiaridade dos ciclos econômicos recentes, comandados pela finança “securitizada”, está na alta sensibilidade das decisões de gasto das empresas e das famílias às flutuações nos preços dos ativos. Os mecanismos de transmissão são rápidos, variados e poderosos.

Quanto ao Estado nacional, o “cérebro” da expansão virtuosa dos anos dourados, ninguém duvida de que sua atividade coordenadora foi sufocada pelo desdobramento das estratégias de localização e de divisão interna do trabalho da grande empresa e ficou à mercê das tensões geradas nos mercados financeiros, que submetem aos seus caprichos as políticas monetária, fiscal e cambial. Mais do que por seu caráter global, a nova finança e sua lógica tornaram-se decisivos por sua capacidade de impor restrições às políticas macroeconômicas.

As exigências do processo de competição global provocaram a deterioração da base fiscal do Estado do Bem-Estar: o desemprego de longo prazo se ampliou nos países centrais, sobretudo na Europa. Nos Estados Unidos proliferou a precarização do emprego, fonte da queda de rendimentos dos 40% mais pobres. O aumento da desigualdade e a queda dos rendimentos solaparam a capacidade contributiva dos assalariados, enquanto os enriquecidos escapavam para os paraísos fiscais.

A essas forças negativas, o Estado e a sociedade não poderiam responder com ações compensatórias de outros tempos, porque, nos mercados globalizados, cresce a resistência dos possuidores de riqueza à utilização de transferências fiscais e previdenciárias. A globalização neoliberal, ao tornar mais livre o espaço de circulação da riqueza e da renda dos grupos integrados, desarticulou a velha base tributária das políticas keynesianas, erigida sobre a solidariedade e a prevalência dos impostos diretos sobre a renda e a riqueza.

Mas na crise, vieram à tona as relações carnis entre o dinheiro, as finanças públicas e os mercados financeiros privados no capitalismo contemporâneo. O moderno sistema de crédito, ao criar depósitos, ou seja, meios de pagamento – cuja unidade de conta é definida pelo Estado –, opera como uma central privada de administração monetária. Nessa função, os bancos – e, hoje, os demais intermediários financeiros que se endividam nos mercados monetários atacadistas – são provedores da infraestrutura do mercado, na medida em que definem as normas de acesso à liquidez, ao crédito e ao sistema de pagamentos. Tais normas impõem constrangimentos às condições de produção e de concorrência das empresas. Gestores privados da forma geral da riqueza, os bancos cuidam de administrar o estado da liquidez e do crédito de acordo com mais ou menos confiança na possibilidade das empresas não financeiras e dos governos de controlarem seus fluxos de receitas e despesas e a evolução do estoque de endividamento.

Nesse regime de moeda denominada pelo Estado e emitida pelo sistema bancário, a estabilidade da economia não pode ser garantida pelos critérios privados de maximização dos ganhos, como demonstra à sociedade a experiência histórica dos sistemas bancários desregulamentados e, na prática, desprovidos de autoridade central pública. No período de euforia que antecedeu a crise, bancos comerciais, de investimento, administradores dos fundos de pensão, fundos mútuos, *private equity funds*, para não falar dos sofisticados fundos de *hedge*, escaparam às normas de racionalidade e de avaliação de risco proclamadas pela hipótese dos mercados eficientes. Sucumbiram, na verdade, às forças impessoais do mimetismo competitivo, referidas na linguagem vulgar do mercadismo como “comportamento de manada”. Todos consolidaram a convicção de que estavam blindados contra os riscos de mercado, de liquidez e de pagamentos. O clima de confiança, como de hábito, disseminou o risco sistêmico que os sabichões imaginavam ter afastado com a utilização de derivativos.

Nos últimos anos, a redução da volatilidade nos preços dos ativos e das moedas e a maior liquidez ensejaram a exasperação da “alavancagem”, desde os consumidores endoidecidos até os *hedge funds* escorados no crédito bancário. Eis aí o paradoxo crucial da finança contemporânea: a “centralização privada” da moeda e do crédito nas instituições “grandes demais para falir” alastra – na esteira da integração global dos mercados financeiros – o processo competitivo de geração e distribuição de ativos com precificação enigmática em moedas distintas, submetidas ao regime de câmbio flutuante. Quando a roda da fortuna gira em falso, com colapso de preços e ampla flutuação das moedas, o remédio é recorrer à centralização estatal, sob pena de destruição do crédito e de sua moeda, ou seja, da infraestrutura do mercado.

O movimento de “fuga para a qualidade” denuncia o caráter político-jurídico da moeda e a natureza “coletivista” e hierárquica do sistema de crédito, cuja função inescapavelmente pública é, em tempos “normais”, delegada à administração das instituições privadas. A estabilidade da economia monetária depende, portanto, das complexas relações entre os fundos coletivos administrados pelos comitês privados de avaliação do crédito e a capacidade do Estado de orientar o comportamento e as expectativas dos agentes privados empenhados na liça da acumulação de riqueza abstrata. Esses trabalhos do Estado são executados pela política monetária do Banco Central em conjunto com a gestão da dívida pública pelo tesouro. Em uma crise financeira, como a que ora atravessamos, os títulos públicos dos países dominantes revelam sua natureza de “ativos de última instância”, abrigo em que encontra refrigério a angústia que se apodera das almas dos possuidores e controladores privados da riqueza.

Até ontem danificados em sua credibilidade por suas próprias façanhas, os “mercados” foram revigorados por formidáveis injeções de dinheiro, uma espetacular “inflação” de passivos monetários do Banco Central. A grana foi distribuída generosamente sob uma forma “atípica” de cooperação entre os bancos centrais, outrora independentes, e os tesouros nacionais, dantes austeros. Os primeiros abrigaram em seus balanços a escumalha financeira do *subprime* e de adjacências, montaram programas de troca de papéis podres por passivos de sua emissão, ou seja, dinheiro, enquanto os tesouros emitiam títulos públicos para proteger a riqueza privada em estado periclitante. No auge da crise, os bancos centrais da cúspide capitalista cumpriram sua missão. Além de suas funções clássicas de prestamistas de última instância, os bancos centrais promoveram as transferências de propriedade implícitas nas relações débito – crédito, sem permitir que fossem violados os princípios da apropriação privada da riqueza, ainda que alguns proprietários individuais tivessem sido sacrificados.

Tão logo o pânico cedeu, os senhores da finança, montados na grana fornecida generosamente pelo Estado, não trepidaram em exigir prêmios de risco mais compensadores para rolar as dívidas soberanas. Os governos da Grécia, da Irlanda,

da Itália, da Espanha e de Portugal foram a primeiras vítimas. Em manobra de alto risco, os europeus criaram o euro, a moeda única, sem construir um espaço fiscal comum e, assim, diante da crise financeira de seus membros mais frágeis, ficaram limitados a ações de contingência que não conseguem infundir confiança nos mercados de dívida pública.

Beneficiários da ressaca e dos entrincheirados nos *hedge funds*, os ditos investidores apostam decididamente no colapso dos títulos gregos, portugueses e espanhóis, ou seja, assumem uma posição *short* e especulam nos mercados de Credit Default Swaps (CDS) – derivativos que supostamente garantem o comprador diante de um *default* do devedor. Essas criaturas dos banqueiros criativos podem ser adquiridas nos mercados de balcão por qualquer do povo, gente que não tem qualquer relação com a dívida grega, espanhola, italiana, seja lá qual for a nacionalidade do débito.

Martin Wolf, articulista do *Financial Times*, está preocupado com a evolução do endividamento público e dos déficits fiscais nos países desenvolvidos, particularmente na Inglaterra. Ele diz:

No Reino Unido (com em outras partes) os déficits fiscais são imagens especulares dos superávits do setor privado. Além disso, a relação de causalidade é do segundo para o primeiro. As condições necessárias para um retorno à saúde fiscal e econômica são uma recuperação do consumo (e do investimento privados), um aumento enorme das exportações líquidas, ou, idealmente, ambas as coisas. Não se trata simplesmente de reduzir o déficit fiscal; trata-se de reduzir o déficit fiscal e sustentar o crescimento (WOLF, 2010).

Em uma crise como a atual, a avaliação da riqueza – as expectativas de longo prazo – e a incerteza radical – não apenas o risco – paralisam e negam os novos fluxos gastos. A ruptura do estado de convenções que vinha regendo o movimento da economia significa que os produtores e os consumidores privados paralisam suas decisões – de produção, consumo e investimento – diante da incerteza radical em que estão mergulhados. Este é o estado que contrasta com o de “expectativas convencionais”: nele os agentes se comportam como se a incerteza não existisse e como se o presente constituísse a melhor avaliação do futuro. Keynes (1936) procurou demonstrar que, em uma situação de ruptura do estado convencional de expectativas, torna-se aguda a contradição entre o enriquecimento privado e a criação da nova riqueza para a sociedade – crescimento das inversões em capital real. A crise leva ao limite o impulso de enriquecimento privado, ao ponto de refugiar as ambições na preferência pela liquidez, o que impõe a paralisia do investimento e do consumo. Em uma conjuntura de redução drástica do investimento e do consumo privados, as empresas e os consumidores buscam desesperadamente reduzir o endividamento e aumentar a poupança.

Nessas circunstâncias, as políticas de estado de geração do déficit e de criação de nova dívida pública – instrumentos de sustentação dos lucros das empresas e de proteção dos portfólios do setor bancário privado – estão diante de expectativas de longo prazo pouco sensíveis aos estímulos convencionais. Em uma economia que atravessa uma crise, como a que ora se desenvolve nos pagos desenvolvidos, o desequilíbrio fiscal e o crescimento do débito público na composição dos patrimônios privados tendem a se tornar fenômenos mais profundos e duradouros. Diante de antecipações pessimistas do setor privado –, que afetam, sobretudo, a demanda e a oferta de crédito para consumo e investimento – o déficit do governo não logra reanimar o gasto privado, mas consegue apenas impedir a queda acelerada da produção e evitar o agravamento da deflação de ativos. Com isso, a crise não é superada, mas se transfigura: de uma crise da finança privada nasce uma crise financeira do Estado.

Nesse caso, as expectativas privadas passam a se orientar pelas suposições acerca da evolução da “crise financeira do Estado”. O fato relevante nos próximos meses será a avaliação dos detentores de riqueza, sobretudo dos controladores do crédito, sobre os rumos da política fiscal e do endividamento público. Há sinais de que os senhores da finança – salvos pela vigorosa intervenção do Estado – já consideram insustentáveis a trajetória do déficit fiscal e da dívida do governo americano. A desconfiança privada atinge a fundo a soberania estatal, comprometendo a legitimidade do Estado como gestor da moeda e da dívida pública. Diante do avanço das antecipações, o Estado poderá ser levado a desvalorizar sua dívida – agora forma dominante da riqueza privada – mediante a monetização continuada. Com esta providência, estará sancionando o encurtamento do horizonte temporal fixado pelo setor privado, na busca de mais segurança e liquidez para o seu estoque de riqueza. Com isso, eleva-se o prêmio de liquidez e restringem-se os mercados para contratos de prazos mais longos, comprometendo a própria capacidade de o Estado emitir dívida nova e de administrar o estoque de endividamento existente. Isto tende a reduzir ainda mais as possibilidades de atuação da política monetária, submetida aos imperativos de taxas de juros reais elevadas, com efeitos desastrosos sobre a recuperação da economia.

Ao observar os efeitos da administração público-privada da moeda e do crédito sobre a acumulação produtiva, Keynes arriscou uma receita “moderadamente conservadora”. Recomendou, na teoria geral, o uso da tributação para promover a distribuição de renda e incentivar o consumo das camadas populares, a eutanásia do rentista e a socialização do investimento.

Ainda que esse estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, a eutanásia do rentista significaria o fim do poder de opressão do capitalista para explorar o valor da escassez de capital. O proprietário do capital pode cobrar juros porque aquele escasseia, da mesma forma que o dono da terra pode cobrar uma renda por sua escassez; mas se existem razões intrínsecas para a escassez de terras, nada disso ocorre com a disponibilidade de capital (monetário) (KEYNES, 1936, p. 30).

Contrariamente às recomendações do grande economista, o intenso processo de homogeneização ideológica celebra o “individualismo exacerbado”, que se opõe a qualquer interferência no processo de diferenciação da riqueza, da renda e do consumo efetuado por meio do mercado capitalista. A ética da solidariedade é substituída pela ética da eficiência e, desta forma, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios regionais e assistência a grupos marginalizados têm encontrado forte resistência nas sociedades. Não há dúvida de que este novo individualismo tem sua base social originária na grande classe média produzida pela longa prosperidade e pelos processos mais igualitários que predominaram na era keynesiana. Hoje o novo individualismo encontra reforço e sustentação no aparecimento de milhões de empresários terceirizados e “autonomizados”, criaturas das mudanças nos métodos de trabalho e na organização da grande empresa.

No limiar dos anos 1980, a eleição de Thatcher e Reagan refletiu o desconforto das classes abastadas e médias com a estagflação. Para as camadas mais favorecidas, as cargas tributárias elevadas, o excesso de regulamentação e o poder dos sindicatos eram, sem dúvida, responsáveis pelo mau desempenho das economias. A famosa curva de Laffer garantia que a sobrecarga de impostos sufocava os mais ricos e desestimulava a poupança, o que comprometia o investimento e, portanto, reduzia a oferta de empregos e a renda dos mais pobres. As práticas neocorporativistas, diziam os ideólogos do neoliberalismo, criavam sérias deformações “microeconômicas”, ao promover, deliberadamente, intervenções no sistema de preços – nas taxas de câmbio, nos juros e nas tarifas. Com o objetivo de induzir a expansão de setores escolhidos ou de proteger segmentos empresariais ameaçados pela concorrência, os governos distorciam o sistema de preços e, assim, bloqueavam os mercados em sua nobre e insubstituível função de produzir informações para os agentes econômicos. Tal violação das regras de ouro dos mercados competitivos culminava na disseminação da ineficiência e na multiplicação dos grupos “predadores de renda”, que se encastelavam nos espaços criados pela prodigalidade financeira do Estado.

Ainda nos anos 1950, tempo de esplendor e glória das políticas keynesianas e do Estado de Bem-Estar, o libertarianismo de Hayek (1995) e o monetarismo de Friedman (1967) formaram a comissão de frente da ofensiva contra “os inimigos da liberdade econômica”. Para Hayek (1995), o mercado é um processo de troca e de acumulação de informações e não um ambiente estático dotado de forças que o reconduzem ao equilíbrio. As intervenções do Estado são nefastas, pois só o processo de mercado torna possível a inovação nos métodos de produção e organização, a partir do continuado fluxo de informações que surge da interação entre os indivíduos livres. O importante nesta concepção é a ênfase na capacidade do mercado, livre de empecilhos, de mobilizar e fluidificar os recursos individuais. O corpo de propostas “reformistas” rotuladas de neoliberais está,

portanto, comprometido com a ideia de que é preciso destravar as forças criativas do mercado. A renovação do capitalismo, em gestação desde o crepúsculo da era keynesiana, tinha o propósito de abrir caminho para a preeminência das relações entre indivíduos livres, dispostos aos objetivos do ganho monetário. Esta é a sociedade dos neoliberais.

Mas, na verdade, as reformas liberalizantes, empreendidas desde o crepúsculo dos anos 1970, trataram de mobilizar os recursos políticos e financeiros dos Estados nacionais para fortalecer os respectivos sistemas empresariais envolvidos na concorrência global. O Estado não saiu da cena, apenas mudou de agenda. Em sua obra maior, *Civilização material e capitalismo*, o historiador Fernand Braudel escreveu: “(...) o erro mais grave [dos economistas] é sustentar que o capitalismo é um sistema econômico. Não devemos nos enganar, o Estado e o Capital são companheiros inseparáveis, ontem como hoje” (1996, p. 63).

Na esteira do apoio decisivo do Estado, as corporações globais passaram a adotar padrões de governança agressivamente competitivos. Entre outros procedimentos, as empresas subordinaram seu desempenho econômico à “criação de valor” na esfera financeira, repercutindo a ampliação dos poderes dos acionistas. Aliados aos administradores, agora remunerados com bônus generosos e comprometidos com o exercício de opções de compra das ações da empresa, os acionistas exercitaram um individualismo agressivo e exigiram surtos intensos e recorrentes de re-engenharia administrativa, de flexibilização das relações de trabalho e de redução de custos.

As estratégias de localização da corporação globalizada introduziram importantes mutações nos padrões organizacionais: constituição de empresas-rede, com centralização das funções de decisão e de inovação, e terceirização das operações comerciais, industriais e de serviços em geral. A cartilha neoliberal pretendia nos ensinar que a globalização nasceu de uma espantosa revolução tecnológica capaz de aproximar o homem do momento em que vai se livrar da maldição do trabalho e gozar dos encantos da vida cosmopolita. A microeletrônica, a informática, a automação dos processos industriais etc. prometem nos libertar das limitações impostas pelo espaço e pelo tempo. O indivíduo livre pode trabalhar em casa, e se tornar, além de patrão de si mesmo, um partícipe da prosperidade universal. A globalização, associando tecnologia e transformação das formas de trabalho, estaria realizando esta maravilhosa promessa da modernidade.

Mas a realidade da globalização neoliberal foi outra. A individualização das relações trabalhistas promoveu a intensificação do ritmo de trabalho, conforme estudo recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de outras instituições que lidam com o assunto. O trabalho se intensificou, sobretudo, entre os que se tornaram independentes das relações formais, os que negociam diariamente a venda de sua capacidade de trabalho nos mercados livres.

Isso aconteceu no mesmo período em que as novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das grandes corporações em suas relações com os empregados e os terceirizados. As fusões e as aquisições suscitaram um maior controle dos mercados e promoveram campanhas contra os direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência. A abertura dos mercados e o acirramento da concorrência coexistiram com a tendência ao monopólio e, assim, impediram que os cidadãos, no exercício da política democrática, exercitassem o direito de decidir sobre a própria vida.

Os neorreformistas, na realidade, cuidaram de transferir os riscos para os indivíduos dispersos, ao mesmo tempo em que buscaram o Estado e sua força coletiva para limitar as perdas provocadas pelos episódios de desvalorização da riqueza. A intensificação da concorrência entre as empresas no espaço global não só acelerou o processo de financeirização e concentração da riqueza e da renda como submeteu os cidadãos às angústias da insegurança.

Os efeitos do acirramento da concorrência entre empresas e trabalhadores são inequívocos: foram revertidas as tendências à maior igualdade, observadas no período que vai do final da Segunda Guerra até meados dos anos 1970 – tanto no interior das classes sociais quanto entre elas. Na era do capitalismo “turbinado” e financeirizado, os frutos do crescimento se concentraram nas mãos dos detentores de carteiras de títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza. Para os demais, perduravam a ameaça do desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas ocupações e a exclusão social.

O projeto da autonomia do indivíduo está inscrito no pórtico da modernidade. Significa a sua autorrealização nas regras das liberdades republicanas e do respeito ao outro. Opõe-se à submissão aos poderes – públicos e privados – que o cidadão não controla. A disseminação das formas mais agressivas de concorrência encontrou, até agora, pouca resistência em seu incessante trabalho de reduzir os “conteúdos” da vida humana às relações dominadas pela expansão do valor de troca. Mas, pode se tornar intolerável para os indivíduos – ou para a maioria deles – a sensação de que o seu cotidiano e seu destino são governados pelas tropas de uma “racionalização” sufocante, destruidora do projeto de uma vida boa e decente.

Hegel havia imaginado que a igualdade e a diferença não só seriam indissociáveis na sociedade moderna, como deveriam subsistir, reconciliadas, sob as leis de um Estado ético. Este Estado permitiria ao indivíduo preservar sua diferença em relação aos outros e, ao mesmo tempo, manter a integridade do todo. Mas, as transformações econômicas das sociedades modernas e o fracasso das tentativas de impor o Estado ético reforçaram, na verdade, a fragmentação e, neste particular, o discurso da pós-modernidade apenas conclui o que os fatos dizem. Os fatos dizem que assistimos ao declínio das utopias, à degradação das propostas coletivas e ao *memento mori* das grandes filosofias.

O mundo parece se aproximar, em sua evolução e na transformação das consciências, de um incompreensível mosaico colorido, formado por todas as torcidas de futebol que têm em comum a paixão pela bola e a dificuldade de aceitar as razões do outro. “Deixem que os outros venham a nós. Assim poderemos bater à vontade”, resume Eco (1984, p. 42). O crítico norte-americano Fredric Jamenson suspeita que a passagem do período moderno para o pós-moderno significou a substituição da alienação do sujeito pela fragmentação do sujeito. Jamenson está preocupado com a incapacidade de o sujeito moderno compreender o sentido do que aparece fragmentado. Para ele, a fragmentação do sujeito e de sua vida é a contrapartida da integração cega – e cada vez mais abstrata e inalcançável –, promovida pelas forças “objetivas” que controlam a sociedade. Na verdade, isso significa que a transnacionalização dos mercados e da produção, dos estilos de vida e de consumo opera sem descanso e promove a “colonização” da vida individual e coletiva.

A lógica implacável da concorrência globalizada impõe a submissão da vida privada às incertezas de um processo impessoal que é absolutamente indiferente ao destino dos indivíduos. As empresas mudam suas fábricas para a China. Os trabalhadores americanos da pequena cidade da Nova Inglaterra que abrigava a manufatura de autopeças são aconselhados a abandonar suas casas e procurar emprego em outra freguesia. Para o cidadão comum, processos econômicos incompreensíveis o arrastam ladeira abaixo.

As erráticas e aparentemente inexplicáveis convulsões das bolsas de valores ou as misteriosas evoluções dos preços e das moedas são capazes de destruir suas condições de vida. Mas o consenso dominante trata de explicar que se não for assim sua vida pode piorar ainda mais. A formação deste consenso é, em si mesmo, um método eficaz de bloquear o imaginário social, impedi-lo de buscar, mediante a ação coletiva, a construção da sociedade em que se torne possível o exercício da autonomia e da liberdade.

Edificado sobre os escombros da sociedade destruída pela Grande Depressão e pelos dois conflitos mundiais, o Estado de Bem-Estar figura entre os principais suspeitos acusados de deflagrar a crise fiscal em que se enfiaram governos. A ação do Estado é vista como contraproducente pelos bem-sucedidos e integrados, mas como insuficiente pelos desmobilizados e desprotegidos. Estas duas percepções convergem na direção da “deslegitimação” do poder administrativo e na desvalorização da política. Aparentemente estamos em uma situação histórica em que a “grande transformação” ocorre no sentido contrário ao previsto por Polanyi (1980, p. 82): a economia trata de se libertar dos grilhões da sociedade. Mas, as manifestações na Europa sugerem que a sociedade está preparando novas respostas às façanhas da economia do mal estar.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade quotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FRIEDMAN, Milton. **Ensayos de economia positiva**. Madrid: Gredos, 1967.

HAYEK, Friedrich August. **Droit, législation et liberté**. Paris: Presses Uniuersitaires de France, 1995.

JAMENSON, Fredric. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism**. Durham, NC: Duke University Press, 1991.

KEYNES, John Maynard. **The General theory of employment, interest and money**. London: Macmillan, 1936 (Tradução brasileira. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção “Os Economistas”).

MADDISON, Angus. **The World Economy: a millennial perspective**. Paris: OECD, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

WOLF, Martin. A precária economia britânica. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 abr. 2010.